

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 048/2021

PROCESSO nº 00572/2020 – PE nº 00017/2020

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

A EMPAV - EMPRESA MUNICIPAL DE PAVIMENTAÇÃO E URBANIZAÇÃO, empresa pública municipal, inscrita no CNPJ sob o nº 17.783.044-0001-38, com endereço na Avenida Brasil, nº 1055, Bairro Poço Rico, Juiz de Fora/MG, CEP: 36.020-110, Unidade SEDE; inscrita no CNPJ sob o nº 17.783.044/0002-19, com endereço na Rua Jovino Antonio Da Silva, s/n, complemento Lote 11 - Quadra 19, Bairro Distrito Industrial, Juiz de Fora/MG, CEP: 36.092-007, Unidade USINA/PAVIMENTAÇÃO e inscrita no CNPJ sob o nº 17.783.044/0004-80, com endereço na Estrada Athos Branco da Rosa, nº 1436, Bairro Vila São Benedito, Juiz de Fora/MG, CEP: 36.071-170, Unidade PARQUES E JARDINS, neste ato UNIDADE GESTORA, representada por sua Diretora Presidente Ana Lúcia Damascena e por seu Diretor Administrativo/Financeiro Milton Júnior de Oliveira e a Sociedade Empresária **INTERBRASIL DISTRIBUIDORA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 37.628.401/0001-09, estabelecida na Rua Jesulino Malheiros, nº 72, Bairro Centro, Formosa/GO, CEP: 73.801-190, pelos seus representantes infra-assinados Sr. Sergio Rodolfo Welker, brasileiro, casado, empresário, CPF nº 307.551.150-15, R.G. nº 9013318945, SSP/RS, residente e domiciliado junto à Rua Boa Vista, nº 320, Bairro Formosinha, Formosa/GO, CEP: 73.813-020 e/ou Sr. Vanderlei Luis Welker, brasileiro, casado, empresário, CPF nº 397.651.720-87, R.G. nº 9029164531, SSP/RS, residente e domiciliado junto à Avenida Goiás, nº 707, Bairro Formosinha, Formosa/GO, CEP: 73.813-260, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, na forma do disposto nos artigos 4º e 13º, no Decreto nº. 7.962/2003, na Lei Federal nº 10.520/2002, no Decreto Municipal nº 13.892/2020 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO ELETRÔNICO nº 017/2020 para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, conforme consta do processo administrativo próprio nº. 107/2021-EMPAV, obedecidas as disposições da Lei nº. 13.303/2016, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem como objetivo o registro de preços para futuras e eventuais contratações de empresas especializadas para futura e eventual aquisição de ferramentas, materiais e assessorios para atender as unidades da EMPAV, conforme especificações constantes do Termo de Referência do Edital do Processo Licitatório nº. 429/2020, Pregão Eletrônico nº 00017/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1 - Os preços das empresas classificadas em 1º lugar no certame licitatório encontram-se indicados no quadro abaixo:

Item	Descrição	Marca	Valor Unitário	Quantidade	Unidade	Valor Total
265	ALMA DO EIXO PARA ROÇADEIRA COSTAL	MEGA PLUS	R\$80,00	40	Unidades	R\$3.200,00
266	ARRUELA DE PRESSÃO	MEGA PLUS	R\$40,00	60	Unidades	R\$2.400,00
269	CHAVE COMBINADA PARA ROÇADEIRAS FS E FR 220	ARGON	R\$12,00	20	Unidades	R\$240,00
270	CHAVE COMBINADA EM FORMATO T (19 mm, 14mm e T27)	ARGON	R\$29,00	20	Unidades	R\$580,00
275	CORDÃO ARRANQUE PARA ROÇADEIRA COSTAL FR 220	ARGON	R\$4,00	80	Unidades	R\$320,00
276	CORDÃO DE ARRANQUE PARA ROÇADEIRA FS 220	ARGON	R\$3,00	80	Unidades	R\$240,00
285	CORRENTES 32 DENTES RS OU RM	CARLTON	R\$50,00	300	Unidades	R\$15.000,00
286	CORRENTES 42 DENTES RS OU RM	CARLTON	R\$75,00	300	Unidades	R\$22.500,00
287	EIXO DE ACIONAMENTO PARA ROÇADEIRA FS220	MEGA PLUS	R\$35,00	50	Unidades	R\$1.750,00
289	GRAXA LUBRIFICANTE PARA ENGRENAGENS DE ROÇADEIRAS, MISTURA DE ÓLEOS DE BASE ADITIVOS E SABÕES DE LÍTIO COMO ESPESSANTE	MOLI	R\$10,00	100	Unidades	R\$1.000,00
291	LÂMINA RETA PARA ROÇADEIRA, TIPO FACA, 2 PONTAS.	COLIMA	R\$12,00	780	Unidades	R\$9.360,00

	I POLEGADA, ESPESSURA 3mm					
292	LÂMINA RETA PARA ROÇADEIRA, TIPO FACA, 2 PONTAS, 1/2 POLEGADAS, ESPESSURA 3mm	COLIMA	R\$12,00	780	Unidades	R\$9.360,00
294	LIMAS REDONDAS 4.0	NICHOLSON	R\$6,95	300	Unidades	R\$2.085,00
296	LIMAS REDONDAS 5.2	ALFAERRE	R\$4,00	300	Unidades	R\$1.200,00
297	LIMAS REDONDAS 7.32 5,5mm	CARLTON	R\$6,00	200	Unidades	R\$1.200,00
298	MISTURADOR DE COMBUSTÍVEL 1L	ARGON	R\$7,00	50	Unidades	R\$350,00
303	ROLETE DE PINHÃO PARA MOTOSSERRA MS 210 3/8"	ARGON	R\$50,00	30	Unidades	R\$1.500,00
304	ROLETE DE PINHÃO PARA MOTOSSERRA MS 381 E 660	ARGON	R\$18,00	30	Unidades	R\$540,00
305	SABRES PARA MOTOPODA 30cm E 1,1mm ESPESSURA	CARLTON TILLOTSON	R\$33,00	30	Unidades	R\$990,00
306	SABRES PARA MOTOSSERRA 25 DENTES E 1,3mm ESPESSURA	CARLTON TILLOTSON	R\$100,00	30	Unidades	R\$3.000,00
307	SABRES PARA MOTOSSERRA 30 DENTES E 1,6mm ESPESSURA	SAVANA ALFAERRE	R\$160,00	30	Unidades	R\$4.800,00
309	SABRES PARA MOTOSSERRA 36 DENTES E 1,6mm ESPESSURA	SAVANA ALFAERRE	R\$185,00	30	Unidades	R\$5.550,00
310	SABRES PARA MOTOSSERRA 42 DENTES E 1,6mm ESPESSURA	SAVANA ALFAERRE	R\$190,00	30	Unidades	R\$5.700,00
312	VELA DE IGNIÇÃO NGK BPMR7A	NKG	R\$12,00	100	Unidades	R\$1.200,00
VALOR TOTAL DA ATA				R\$94.065,00		

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VALIDADE DA ATA

- 3.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, com eficácia legal da publicação de seu extrato.
- 3.2 - No prazo de validade da Ata de Registro de Preços, a EMPAV não será obrigada a efetuar aquisição, exclusivamente por seu intermédio, do objeto referido na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à sociedade empresária detentora.
- 3.3 - Os quantitativos mencionados na presente Ata de Registro de Preços são apenas para efeito de limites máximos. A EMPAV reserva-se no direito de adquirir as quantidades conforme sua necessidade durante o período de vigência da referida Ata.
- 3.4 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº 00017/2020, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO

- 4.1 - As aquisições decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas pela assinatura de documento hábil entre a PROMITENTE FORNECEDORA e a UNIDADE GESTORA/REQUISITANTE, nos termos da Lei.
- 4.2 - A detentora da Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta.
- 4.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da Requisitante, a qual deverá ser feita mediante Ordens de Fornecimento.
- 4.4 - A cópia das Ordens de Fornecimento deverá ser anexada ao processo de administração da ata, para acompanhamento dos quantitativos.
- 4.5 - A EMPAV tem a faculdade de firmar termo contratual, a partir e durante a vigência da Ata de Registro de Preços, nos termos preceituados na legislação específica ou, conforme o caso executará avença por meio de Ordens de Fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE POR DANOS

- 5.1 - A PROMITENTE FORNECEDORA responderá por todo e qualquer dano provocado à UNIDADE GESTORA/REQUISITANTE, seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pela UNIDADE GESTORA/REQUISITANTE, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas na licitação.
- 5.2 - Para efeitos desta cláusula, dano significa todo e qualquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportado pela UNIDADE GESTORA/REQUISITANTE, decorrentes do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pela PROMITENTE FORNECEDORA, de obrigações a ele atribuídas por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando a pagamentos ou ressarcimentos efetuados

pela UNIDADE GESTORA a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.

5.3 – Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas como de responsabilidade da PROMITENTE FORNECEDORA for apresentada ou chegar ao conhecimento da UNIDADE GESTORA, esta comunicará a PROMITENTE FORNECEDORA por escrito para que tome as providências necessárias a sua solução, diretamente, quando possível, o qual ficará obrigado a entregar à GESTORA a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinalado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pela PROMITENTE FORNECEDORA não o eximem das responsabilidades assumidas perante a UNIDADE GESTORA, nos termos desta cláusula.

5.4 – Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas da UNIDADE GESTORA, nos termos desta cláusula, deverão ser pagas pela PROMITENTE FORNECEDORA, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento à GESTORA, mediante adoção das seguintes providências:

- a) dedução de créditos da PROMITENTE FORNECEDORA;
- b) medida judicial apropriada, a critério da UNIDADE GESTORA.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

6.1 - Todos os produtos deverão possuir garantia mínima de 03 (três) meses, a contar do recebimento definitivo. Aplica-se, subsidiariamente, a esta contratação o disposto na Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor.

6.1.1 - Caso a PROMITENTE FORNECEDORA tenha garantia estendida, que não anule a garantia do fabricante, será utilizada também esta garantia sem ônus adicional.

6.2 - Durante todo o período de garantia, ficará a PROMITENTE FORNECEDORA responsável por vícios e/ou defeitos de fabricação ou desgaste anormal dos equipamentos fornecidos, peças, acessórios e componentes, obrigando-se a reparar o dano e substituir as peças, acessórios, componentes que se fizerem necessários, sem ônus para a UNIDADE GESTORA.

6.3 - O prazo de atendimento será de até 24 (vinte e quatro) horas contados da abertura do chamado via telefone ou e-mail e a troca deverá ser efetuada de 10 (dez) dias corridos, salvo comprovação de impossibilidade, reconhecida pela UNIDADE GESTORA.

6.4 - O prazo máximo para a substituição dos equipamentos, que não atenderem ao Edital e seus Anexos, será de 10 (dez) dias, contados da data de recebimento pela PROMITENTE FORNECEDORA de ofício solicitando reparação de irregularidades enviado pela UNIDADE GESTORA. Decorrido esse prazo e não havendo a devida reparação, serão aplicadas as penalidades legais cabíveis.

6.5 - Se a PROMITENTE FORNECEDORA, eventualmente, já estiver em mora quando da entrega, os prazos citados acima serão computados para fins de apuração de eventual aplicação de multa moratória.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA SUSPENSÃO E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1 – O preço registrado será suspenso nos seguintes casos:

- a) quando a PROMITENTE FORNECEDORA, convocado para o fornecimento, não apresentar documentação de habilitação regular nos termos do Edital: suspensão até a comprovação da regularização, se não for caso de reincidência;
- b) quando a PROMITENTE FORNECEDORA, convocado para fornecer o objeto, não tiver condições de executá-lo parcial ou totalmente: suspensão de 90 (noventa) dias, contados da data da convocação, se não for o caso de reincidência e a PROMITENTE FORNECEDORA tiver comunicado à Gestora em tempo hábil, os motivos da sua impossibilidade, permitindo a convocação do fornecedor seguinte.

7.2 – O preço registrado será cancelado nos seguintes casos:

7.2.1 – Pela UNIDADE GESTORA:

- a) quando a PROMITENTE FORNECEDORA não cumprir as exigências do Edital, salvo a hipótese de suspensão da letra “a” do subitem 7.1;
 - b) quando a PROMITENTE FORNECEDORA não apresentar o objeto decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, salvo se aceita sua justificativa;
 - c) quando em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto fornecido, decorrente do registro de preços, salvo a hipótese de suspensão da letra “b” do item 7.1;
 - d) quando a PROMITENTE FORNECEDORA não aceitar reduzir os preços registrados na hipótese em que esses se tornarem superiores aos praticados pelo mercado;
 - e) por razões de interesse público;
 - f) na hipótese de reincidência de fato que tenha dado origem à suspensão;
 - g) se todos os preços forem cancelados, hipótese em que se revogará a presente Ata de Registro de Preços;
 - h) a PROMITENTE FORNECEDORA não retirar qualquer Ordem de Fornecimento, no prazo estabelecido e a EMPAV não aceitar sua justificativa.
- 7.2.2 – Pela PROMITENTE FORNECEDORA

- a) mediante solicitação por escrito, antes de ser convocado por meio de instrumento hábil, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata;
- b) mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior.

7.3 – O cancelamento ou a suspensão, pela UNIDADE GESTORA, de preço registrado, será precedido de regular processo administrativo, em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.4 – A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita mediante correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de não localização da PROMITENTE FORNECEDORA, a comunicação será feita mediante publicação no sítio oficial da EMPAV, considerando-se cancelado o preço registrado a partir do prazo estipulado

na publicação, facultada à EMPAV a aplicação das penalidades previstas no Edital e na legislação pertinente.

7.5 - A solicitação da PROMITENTE FORNECEDORA para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias úteis, facultada à EMPAV a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA OITAVA – DAS COMUNICAÇÕES

8.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA NONA – DAS MULTAS E PENALIDADES

9.1 - A PROMITENTE FORNECEDORA, deixando de entregar documento exigido, apresentando documentação falsa, ensejando o retardamento da execução do objeto, não mantendo a proposta, falhando ou fraudando na execução do objeto, comportando-se de modo inidôneo ou cometendo fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a EMPAV e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Licitantes da EMPAV, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas nesta Ata de Registros de Preços e demais condições legais.

9.2 - Pela inexecução total ou parcial das obrigações firmadas no Registro de Preços, a EMPAV poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao proponente contratado às penalidades previstas no Art. 83 da Lei nº 13.303/2016, das quais destacam-se:

a) advertência;

b) multa no valor de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor em atraso, por dia de atraso, limitados ao prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;

c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total registrado em ata considerando melhor preço ofertado;

d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a EMPAV por prazo não superior a 02 (dois) anos;

9.3 - Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item 9.2, caberá recurso no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

9.4 - O recurso relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da Ata, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

9.5 - A aplicação de penalidades previstas para os casos de não fornecimento do objeto, erro, imperfeição, atraso injustificado, inadimplemento e demais condutas ilícitas será de competência da Unidade Gestora da Ata, na pessoa da autoridade competente, nos termos do artigo 19 do Decreto Municipal nº 7.962/2003.

9.6 - As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo, em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.7 - O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pela EMPAV. Se os valores não forem suficientes, a diferença será

descontada da garantia prestada ou deverá ser recolhida pela PROMITENTE FORNECEDORA, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.

9.8 – Fica desde já ajustado que todo e qualquer valor que vier a ser imputado pela UNIDADEGESTORA a PROMITENTE FORNECEDORA, a título de multa ou penalidade, reveste-se das características de liquidez e certeza, para efeitos de execução judicial, nos termos do artigo 586 do CPC. Reveste-se das mesmas características qualquer obrigação definida nesta Ata como de responsabilidade da PROMITENTE FORNECEDORA e que, por eventual determinação judicial ou administrativa, venha a ser paga pela EMPAV.

9.9 – As multas e penalidades previstas nesta Ata não têm caráter compensatório, sendo que o seu pagamento não exime a PROMITENTE FORNECEDORA da sua responsabilidade pela reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados à EMPAV por atos comissivos ou omissivos de sua responsabilidade.

9.10 – Após a adjudicação do objeto, a PROMITENTE FORNECEDORA será convocado a assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de no máximo 10 (dez) dias consecutivos, a contar da data da referida convocação feita pela Unidade Gestora da Ata, sob pena de aplicação das penalidades definidas pelo artigo 83 da Lei nº 13.303/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CESSÃO E DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1 - A PROMITENTE FORNECEDORA somente poderá ceder, parcialmente, o objeto da Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da EMPAV por termo escrito e desde que o cessionário preencha os requisitos de habilitação jurídica, financeira, técnica e fiscal consignados no ato convocatório do certame.

10.2 - É expressamente vedado à PROMITENTE FORNECEDORA a subcontratação ou sub-rogação, no todo ou em parte, do objeto da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO DA ATA

11.1. É facultado às partes, em um prazo de antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, denunciar, por escrito, mediante confirmação de recebimento da outra parte, o presente instrumento.

11.2. Não será levada em consideração qualquer solicitação verbal com vistas a denunciar a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

12.1 - Observado o disposto na Lei nº 13.303/2016, o acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência dos equipamentos serão realizados pela EMPAV.

12.2 – O Responsável pelo acompanhamento técnico da Ata atestará, no documento fiscal correspondente, o recebimento dos equipamentos nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito na liberação dos pagamentos ao fornecedor.

12.2.1 – O recebimento definitivo do objeto desta Ata, somente se efetivará com a atestação referida no item anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Eletrônico nº 00017/2020, seus anexos e as propostas da sociedade empresária INTERBRASIL DISTRIBUIDORA LTDA classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

13.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 13.303/2016, no que não colidir com a primeira, pelo o Decreto Municipal nº 13.892/2020, Decreto nº. 7.962/2003 e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.


CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

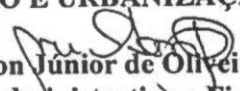
14.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por haverem assim pactuado e estarem de inteiro e comum acordo, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Juiz de Fora, 22 de Fevereiro de 2021.

P/EMPAV - EMPRESA MUNICIPAL DE PAVIMENTAÇÃO E URBANIZAÇÃO


Ana Lucia Damascena
Diretora Presidente
EMPAV


Milton Junior de Oliveira
Diretor Administrativo e Financeiro
EMPAV

P/ INTERBRASIL DISTRIBUIDORA LTDA


Sergio Rodolfo Welker
Sócio-Administrador


Vanderlei Luis Welker
Sócio-Administrador

Testemunha 1

Ass.:

Nome: MIGUEL MARTINS SERAFIM PIMENTA

C.I.: 3191275-SSP-D

C.P.F.: 605.234.331-15

Testemunha 2

Ass.:

Nome: MESSIAS LIANA

C.I.: MG 16.470.171

C.P.F.: 118.926.946-76

INTERBRASIL Distribuidora Ltda
Miguel Martins Serafim Pimenta
Gerente Vendas Públicas